

ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DE DESIGUALDADES NO BRASIL E O DEBATE ENTRE SOCIÓLOGOS/AS E ANTROPÓLOGOS/AS.

QUAIS OS INDICADORES DE DESIGUALDADE RACIAL?

QUAIS DADOS APONTARIAM A SEGREGAÇÃO DE NEGROS/AS?

COM O OBTER ESSES DADOS, OU SEJA, COMO DEFINIR QUEM É NEGRO/A E NÃO NEGRO/A NO BRASIL?

COMO NEGROS E NEGRAS SE APROPRIAM E SE EMPODERAM NESSE DABATE?

No final dos anos 1970, o debate sobre relações raciais no Brasil teve o impulso de uma nova técnica de pesquisa até então inédita nessa temática: os estudos de desigualdade racial, largamente amparados em estudos de base estatística. O trabalho que deu início a esse novo campo de pesquisa, *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979), foi produzido pelo sociólogo argentino Carlos Hasenbalg. O pesquisador, por meio da estatística, busca analisar os processos e mecanismos geradores de desigualdades entre os grupos de cor ou raciais no Brasil, a partir das categorias do IBGE. Assim, separa, analisa e compara os grupos (preto, pardo, branco, amarelo e indígena) por intermédio de indicadores como anos de escolaridade, moradia, rendimentos, distribuição geográfica, índices de mobilidade social, estratificação ocupacional etc. Fazendo uma análise histórica da geração das desigualdades entre os grupos de cor, observa as desvantagens cumulativas transmitidas de geração a geração, responsáveis pela perpetuação da pobreza entre os/as não brancos/as (pretos/as e pardos/as). **Conclui que há um elo causal entre racismo, discriminação e desigualdade racial.** Na Unidade 3 deste módulo, faremos um estudo pormenorizado do tema; aqui trazemos, em linhas gerais, o impacto dessa análise no debate entre sociólogos/as e antropólogos/as.

Fazendo uma análise histórica da geração das desigualdades entre os grupos de cor, observa as desvantagens cumulativas transmitidas de geração a geração, responsáveis pela perpetuação da pobreza entre os/as não brancos/as (pretos/as e pardos/as).

Os anos 1980 e 1990 presenciaram um crescente interesse por parte de antropólogos/as e sociólogos/as pelo sistema de classificação racial brasileiro. É notório o caso da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1976, realizada pelo IBGE. Diferente do censo, quando o/a pesquisador/a realiza a pergunta relacionada à raça de forma fechada, na PNAD ela é feita de forma aberta pelos/as agentes. Naquele ano, a questão recebeu mais de 136 respostas diferentes (SCHWARCZ, 1998: 226-227). Casos como esse deram início a uma discussão mais específica sobre as peculiaridades da maneira como pessoas se autoclassificam e classificam umas às outras.

O antropólogo Peter Fry sumarizou as discussões sobre o tema, no artigo *A Persistência da Raça* (2005). Nele o pesquisador busca demonstrar a existência de três tipos de classificação racial vigentes no Brasil: a) a do IBGE, que utiliza as categorias preto, pardo, branco, amarelo e indígena; b) a dos movimentos sociais negros, que funciona numa perspectiva bipolar branco/negro; c) a perspectiva popular, que, de forma bastante flexível/criativa, reelabora e cria incontáveis categorias, de acordo com o contexto vigente. As três maneiras de classificar estão presentes de forma

simultânea nas relações cotidianas, mas o predomínio de uma delas em relação a outras por parte dos grupos sociais está relacionado a fatores como classe social e escolarização. Ou seja, para o autor, a classificação bipolar branco/negro estaria mais disseminada nas camadas de classe média intelectualizada do que entre as camadas populares, nas quais haveria incontáveis formas de classificação por cor e raça, como exemplificado na PNAD de 1976.

para o autor, a classificação bipolar branco/negro estaria mais disseminada nas camadas de classe média intelectualizada do que entre as camadas populares, nas quais haveria incontáveis formas de classificação por cor e raça,

De outra forma, o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães busca mostrar que a “cor”, no Brasil, funciona como uma imagem figurada de “raça” (GUIMARÃES, 1999: 42-44), isto é, **só é possível pensar, entender e agir em termos de “cor” se estivermos vinculados a um contexto mais amplo em que há uma ideologia racial vigente.** Não há nada de natural do ponto de vista biológico, nas diferenciações fenotípicas dos grupos, feitas a partir do formato dos lábios, nariz, textura dos cabelos e cor de pele, pois elas são todas construções arbitrárias feitas tendo em mente a ideia de raça.

Tentativas de reinterpretar a ideia de *democracia racial* também foram realizadas por essa nova geração de pesquisadores/as. Reagindo à interpretação feita por Florestan Fernandes (1965), de democracia racial como um “mito”, ou seja, uma ideologia que mascararia as verdadeiras relações sociais permeadas pela dominação de brancos/as em relação a negros/as, antropólogos/as sugerem uma interpretação alternativa a esse conceito. Peter Fry (2005) irá apontar que mito para seus pares de disciplina possui uma perspectiva distinta de uma simples falácia ou ideia que não tem pé na realidade. Mito, numa abordagem antropológica estruturalista, **segundo Fry**, é uma espécie de *ethos* compartilhado pelas pessoas e que, de certa forma, organiza as relações que se dão entre elas. Nesse sentido, democracia racial, entendida como igualdade e convivência pacífica entre os grupos raciais, é um elemento estruturador das relações sociais e também um ideal a ser alcançado por brasileiros/as.

democracia racial, entendida como igualdade e convivência pacífica entre os grupos raciais, é um elemento estruturador das relações sociais e também um ideal a ser alcançado por brasileiros/as.

Na interpretação de Antonio Sérgio Guimarães, em seu livro *Classes, Raças e Democracia* (2002), *democracia racial* deve ser entendida a partir das mudanças que o conceito sofre tendo em vista as fases de sua elaboração, apropriação e (re)elaboração por parte dos indivíduos em conjunturas históricas distintas. Assim sendo, **haveria três momentos da democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. O ideal constitui o momento de elaboração do conceito, quando autores/as se nutrem de um imaginário vigente no século XIX, e que via o Brasil como um exemplo de paraíso racial para construir o ideal de democracia racial. O segundo momento, o pacto, se dá quando a noção de democracia racial serve como alicerce para a coalizão de grupos políticos, sociais e raciais distintos que visavam a implementar, de fato, a democracia racial. Por fim, a última fase, que corresponde ao mito, faz referência ao momento em que essa aliança é quebrada e a ideia de democracia racial passa a ser vista como falácia. Os três momentos estão vinculados a momentos específicos da história política do país. O ideal ocorre ainda durante a**

a noção de raça dentro do “protesto negro” foi um elemento essencial para criar mecanismos de solidariedade e identidade de grupo.

vigência do Estado Novo, o pacto se dá no período nacionalista da República Populista entre 1945-1964, enquanto o mito vem com o golpe militar e ascensão da ditadura em 1964.

Ainda nesse trabalho, Guimarães elabora um pequeno esboço histórico da atuação dos movimentos negros brasileiros contemporâneos. Articulando a trajetória dos movimentos e seus contatos com o Estado, dinâmica interna de funcionamento e influência do contexto externo do país, o autor busca demonstrar como os/as ativistas negros/as partem de uma pauta baseada na ideia de integração, nos 1930, e chegam ao final dos anos 1970 embebidos de uma política de identidade. (GUIMARÃES, 2002:79-102). Esses temas serão aprofundados na Unidade 4, sobre a atuação do movimento negro. Neste texto, nos restringimos a evidenciar, baseando-nos na análise de Guimarães, como a noção de raça foi essencial e sofreu mutações nesse processo.

Um primeiro ponto faz referência às mutações do conceito de raça e as relações dos movimentos negros com os elementos culturais e religiosos de matriz africana. Na análise de Guimarães, esse processo está em sintonia com o diálogo do ativismo com diferentes instâncias: a produção acadêmica sobre o tema de relações raciais; o Estado e o contexto político exterior (Estados Unidos, Alemanha, França e países do continente africano). Assim sendo, a noção de raça dentro do “protesto negro” foi um elemento essencial para criar mecanismos de solidariedade e identidade de grupo.

De forma similar, na produção sociológica sobre raça, se, no começo do século passado, verificava-se o uso de concepções biologizadas de raça, esse fato perde força com o passar dos anos. E no caso da mobilização de negros/as, os movimentos políticos e artísticos ocorridos em países como França e Estados Unidos contribuíram para uma releitura da noção de raça e para uma nova relação com elementos culturais e religiosos de matriz africana. Fecharemos este texto evidenciando como isso ocorreu num momento de transição do ativismo negro: o Teatro Experimental do Negro (TEN).

O TEN foi fundado em 1945 por **Abdias do Nascimento**, constituindo-se num misto de companhia de teatro, organização recreativa, política e cultural. O teatro montou e interpretou peças que retratavam temáticas negras, como *Imperador Jones* (1920), do dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill (1888-1953), participando do movimento de modernização do teatro brasileiro iniciado pela peça *Vestido de Noiva* (1943), escrita por Nelson Rodrigues (1912-1980). O TEN ainda promoveu eventos culturais (como concursos de beleza e exposições), de assistência (cursos de alfabetização) e políticos, como o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950.

o orgulho racial, além de ser elemento identitário e aglutinador, passa a ser reivindicado junto à incorporação de elementos culturais de origem negro-africana,

Nas iniciativas do TEN, é possível perceber o estabelecimento de uma postura do movimento negro em que o orgulho racial, além de ser elemento identitário e aglutinador, passa a ser reivindicado junto à incorporação de elementos culturais de origem negro-africana, como **a religiosidade do can-**

domblé, a musicalidade do samba e a expressão corporal presente na capoeira. O patrimônio cultural negro, além da raça, passa a ser politizado e deveria ser incorporado pelo ativismo, já que havia sido destituído de seus/suas criadores/as, quando foram elevados à categoria de representantes da nação. Esta reivindicação ocorre, em parte, pela influência de movimentos artísticos e políticos, como o de escritores/as negros/as francófonos/as radicados/as em Paris nos anos 1930, a *négritude*. Fato similar irá ocorrer nos anos 1960 e 1970, com a influência dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, o **BLACK POWER**, e o processo de independência de países africanos. Esses movimentos reelaboraram a estética negra. Assim sendo, a noção de raça e o pertencimento identitário passaram a ser pensados em contextos extra-nacionais ou diaspóricos (HANCHARD, 2001; GIACOMINI, 2006).

BLACK POWER

foi um movimento liderado por negros, que teve seu auge no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos. O movimento enfatizou o orgulho racial, incentivou a criação de instituições culturais, provocou políticos/as negros/as para promoção dos interesses coletivos e da autonomia dos/as negros/as. A expressão “Black Power” foi título de um livro em 1954 escrito por Richard Wright. Foi usada politicamente pelo presidente da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, Robert F. Williams nas décadas de 1950 e 1960. A expressão “Black Power” foi criada pelo militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, Stokely Carmichael em uma frase que ficou célebre “Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder negro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

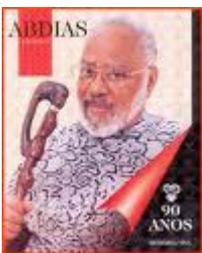
O Brasil, com “s”, é um país imerso num tipo de racismo específico, o “racismo cordial”, cuja manifestação se dá em espaços privados, mas que tem impacto no público e na (re)produção de desigualdades entre negros/as e brancos/as.

A história das relações raciais no Brasil é muito mais complexa e dinâmica do que a versão apresentada nos textos desta unidade. Entretanto, acreditamos que esse material tenha fornecido elementos históricos e teóricos que possibilitem um melhor entendimento das discussões contemporâneas relacionadas a temas como raça, racismo, preconceito, desigualdades raciais, movimento negro, políticas de ação afirmativa e cotas. **Nosso objetivo nesta unidade foi mostrar o quadro amplo – do ponto de vista histórico e político – no qual essas temáticas estão inseridas e evitar afirmações apressadas e equivocadas que buscam interpretar o racismo brasileiro como uma invenção recente dos movimentos negros ou do Estado.**

Assim, esperamos ter evidenciado que raça é uma categoria social, política e histórica que está emaranhada nas discussões sobre o processo de constituição de nosso país, daquilo que faz do “Brazil, Brasil” (SCHWARCZ, 1995). Em outras palavras, é necessário entender que **a identidade de um povo é um processo contínuo de construção que envolve negociações dos mais variados tipos e que envolve as categorias** que discutimos nos textos desta unidade: **raça, racismo, preconceito, miscigenação, discriminação, desigualdade e a possibilidade de igualdade.** Esses elementos devem ser também pensados a partir de constantes negociações, reelaborações e disputas entre diferentes atores/atrizes sociais (Estado, movimentos sociais, acadêmicos/as, intelectuais

etc) que conformam a possibilidade (ou não) de uma verdadeira democracia e do Brasil com “s”. O Brasil, com “s”, é um país imerso num tipo de racismo específico, o “racismo cordial”, cuja manifestação se dá em espaços privados, mas que tem impacto no público e na (re)produção de desigualdades entre negros/as e brancos/as. Explicar a lógica do racismo brasileiro com bases estritamente de classes é uma discussão, ao menos no campo sociológico, datada, com dias contados. Na próxima unidade, analisaremos dados das desigualdades raciais e veremos, como demonstraram Fernandes (1955 e 1965) e Hasenbalg (1979), que a discriminação, o preconceito e o racismo no Brasil, possuem bases de sustentação que extrapolam a classe. Superar esse círculo vicioso que perpetua a pobreza, a violência e a discriminação contra negros/as é um dos grandes desafios que se colocam como etapa fundamental ao caminho de uma democracia efetiva e de um país justo.

GLOSSÁRIO



Abdias do Nascimento (1914 -) - poeta, escultor, ex-político e ativista social do Movimento Negro é um dos grandes militantes no combate à discriminação racial no Brasil. Criou em 1944 o Teatro Experimental do Negro. Ficou dez anos no exílio. Na volta foi deputado federal (1983-1987) e senador da República (1997-1999). Colaborou com o Movimento Negro Unificado. Criou em 2006, em São Paulo, o dia 20 de novembro, como dia oficial da consciência negra. Foi Professor Benemérito da Universidade do Estado de Nova York e doutor "Honoris Causa" pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade de Brasília. Autor de vários livros: "Sortilégio", "Dramas Para Negros e Prólogo Para Brancos", "O Negro Revoltado", entre outros. Para saber mais visite <http://www.abdias.com.br/>

Ethos – características sociais e culturais de um povo; aquilo que lhe confere identidade, distinguindo-o de outros.

PRECONCEITO DE CLASSE OU DE COR, OS ESTUDOS DA UNESCO

A CONDIÇÃO ECONÔMICA EXPLICARIA TUDO?

SERIAM ALIENADOS OS/AS NEGROS/AS BURGUESES/AS POR NEGAREM SUA CONDIÇÃO DE CLASSE, OU O/A "NEGRO/A PROLETÁRIO/A" POR DESCONHECER SUA CONDIÇÃO RACIAL?

NEGROS E NEGRAS ESTARIAM SUJEITOS À DISCRIMINAÇÃO POR SUA CONDIÇÃO DE CLASSE?

OU AS CARACTERÍSTICAS FENOTÍPICAS (A APARÊNCIA) SERIAM DETERMINANTES PARA A EXCLUSÃO ECONÔMICA DA POPULAÇÃO NEGRA?

QUAL A FUNÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL, NA SOCIEDADE BRASILEIRA?

QUEM GANHA COM A SEGREGAÇÃO DE NEGROS/AS?

O trauma racial pós-2ª guerra colocou o Brasil, com sua suposta experiência de tolerância, a democracia racial, no centro do mundo como objeto de interesse e esperança. O cientista político Marcos Chor Maio, em sua tese de doutorado *A História do Projeto UNESCO* (1997), relata que esse fator, aliado à atuação incentivadora do projeto pelo antropólogo Arthur Ramos (1903-1949), que esteve à frente da UNESCO, foram decisivos para o estabelecimento, no Brasil, de uma série de pesquisas que viriam a ser conhecidas como "ciclo de estudos UNESCO" (1953-1956).

As investigações, realizadas no decorrer dos anos 1950, tinham como objetivo estudar a experiência brasileira de relações raciais e exportá-la para outros lugares com problemas raciais ao redor do mundo. Foram realizadas várias investigações de norte a sul do país. Aqui, nos limitaremos a apenas três: *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo* (1955) de Bastide e Fernandes, que já vinha sendo realizada, mas foi incorporada ao projeto UNESCO; *Preconceito de marca* (1998 [1955]) de Oracy Nogueira e, por fim, *O Negro no Rio de Janeiro* (1998 [1953]) de Luiz Aguiar de Costa Pinto. Começamos pela última investigação.

O NEGRO NO RIO DE JANEIRO - LUIZ AGUIAR DE COSTA PINTO

O Negro no Rio de Janeiro é um trabalho de fôlego, no qual o sociólogo baiano L. A. Costa Pinto, professor da Universidade do Brasil à época (atual UFRJ), busca analisar a existência (ou não!) de uma questão racial no Rio de Janeiro dos anos 1950. À época de seu lançamento (1953), o livro foi motivo de polêmica devido a Costa Pinto ter citado e criticado abertamente lideranças negras cariocas (MAIO, 1997 e NASCIMENTO, 2003).

Costa Pinto mescla, em seu trabalho, esquemas teóricos vindos da sociologia urbana da Escola de Chicago, por meio de conceitos como ecologia urbana e interação de grupos sociais no contexto urbano, com interpretações marxistas da sociedade de classes. Seu trabalho tem início com uma sofisticada **crítica aos trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Arthur Ramos** que, segundo ele, tenderiam a **olhar para a população negra como um grupo homogêneo a partir de imagens estereotipadas, folclóricas** e que remetiam ao passado, algo que ele denomina "negro como espetáculo" (MAIO, 1998).

Para o autor, a questão racial seria o **epifenômeno** do processo de modernização, industrialização e estratificação de classe da sociedade brasileira. A população negra no Rio de Janeiro estaria dividida entre proletariado e elites negras. O proletariado, que ele denomina de “negro-massa”, compartilharia de manifestações culturais e religiosas (macumba, escolas de samba, gafieira etc.) entendidas como negras, mas tenderia a se ver como povo. Já as elites se dividiriam entre antigas e novas, sendo os anos 1930 o corte temporal que as diferenciaria. Enquanto as elites antigas, anteriores aos 1930, buscavam ascensão social individual, alienação consciente dos problemas da população negra e embranquecimento, as novas faziam o caminho inverso: ascensão coletiva, consciência de ser negro/a, enegrecimento e reunião em associações culturais e recreativas negras com expressões de classe média (companhias de teatro, bailes de gala e concursos de beleza).

De acordo com a análise de Costa Pinto, a questão racial só existiria como algo localizado no tempo e na estrutura de classes. Ela se daria somente para parte da população negra (novas elites negras).

Em sua percepção, as novas elites ainda se colocavam como a vanguarda cultural, intelectual e política (*intelligentsia negra*) que deveria conduzir as massas negras, para juntos enfrentarem “o problema do/a negro/a”. De acordo com a análise de Costa Pinto, a questão racial só existiria como algo localizado no tempo e na estrutura de classes. Ela se daria somente para parte da população negra (novas elites negras), **aquela que ocupa uma posição que historicamente não é sua e onde sua ascendência racial se coloca como entrave à ascensão social**. Por outro lado, sua estratégia de utilizar o “negro-massa” para legitimar sua posição, conscientizando-o do problema racial, estaria fadada ao fracasso, devido ao fato de as massas negras se identificarem, segundo o sociólogo, político e socialmente muito mais com a classe do que com a raça (PINTO, 1998 [1953]: 245).

Apesar de **Costa Pinto** identificar um **problema racial**, ele o **desqualifica como fenômeno estrutural da sociedade brasileira**, alocando-o como algo que **afeta apenas negros/as de classe média** que, por sua vez, seriam **alienados/as de sua condição de classe**, verdadeiro problema a ser enfrentado. A resolução viria por meio da união dos grupos numa revolução do proletariado conduzida pela classe operária e não pelas elites.

PRECONCEITO DE MARCA - ORACY NOGUEIRA

Caminho diferente toma Oracy Nogueira, em seu clássico livro *Preconceito de Marca* (1998 [1955]). Nogueira fora aluno de Donald Pierson durante a época que este lecionou na Escola de Sociologia e Política (ESP), em São Paulo, e incorporava em sua investigação, assim como Costa Pinto, as premissas teóricas da **Escola de Chicago**, integrando a fase inicial das pesquisas sociológicas no Brasil naquilo que viria a ser conhecido como “estudos de comunidade” (GUIMARÃES, 1998). O trabalho, que já vinha sendo desenvolvido durante algum tempo pelo autor na cidade de Itapetinga (SP), onde observava as relações entre negros/as e brancos/as da cidade, foi incorporado por Roger Bastide e Florestan Fernandes ao relatório final da equipe de São Paulo do projeto UNESCO. Em seu estudo, o sociólogo mostra como o preconceito existente contra negros/as na cidade do interior era produto de uma complexa e intrincada combinação de diferentes fatores: relações so-

ciais e estigmas originários na escravidão, simetria entre posição de classe e pertencimento racial, marcas fenotípicas que diferenciavam negros/as e brancos/as, vinculação da população ao ideal de embranquecimento, como estratégia de ascensão social. De acordo com Nogueira, o **preconceito contra negros/as estaria baseado em um estigma identificado em sua aparência negróide** (cor de pele, textura dos cabelos, formato dos lábios e nariz) **que os associaria à escravidão e, consequentemente, justificaria sua posição subordinada na sociedade.**

uma discriminação racial com características bastante próprias da realidade brasileira: a distinção a partir da cor e dos traços, o que chamou de “preconceito de marca ou de cor”.

Acrescentava-se a isso a ideologia do branqueamento vigente na sociedade brasileira, em que traços físicos mais próximos do branco eram valorizados em detrimento dos/as negros/as. Quanto menos traços negróides o indivíduo possuísse, menor a probabilidade de ele/a sofrer discriminação e, finalmente, realizar o “*passing*” (termo norte-americano), ou seja, ser aceito em círculos majoritariamente brancos sem o questionamento de sua origem.

Considerando que **a maioria da população negra era constituída por pobres**, resultava-se na **simetria “negro/a = classe baixa/pobre”**, algo que levava muitos/as pesquisadores/as, como Pierson, a **interpretar o preconceito que se praticava contra negros/as como sendo preconceito de classe**. Mas, para Nogueira, **o que ocorria era na verdade uma discriminação racial** com características bastante próprias da realidade brasileira: a distinção a partir da cor e dos traços, o que chamou de “preconceito de marca ou de cor”.

O contraponto a esse tipo de preconceito seria aquele visto nos Estados Unidos, que tinha como referência a origem do indivíduo e não suas marcas ou traços fenotípicos, ou seja, independente da aparência, uma pessoa nascida dentro do grupo negro era classificada e discriminada como qualquer outro/a negro/a e a possibilidade de “*passing*” era quase inexistente. A novidade trazida por Nogueira era justamente, à diferença de seu mestre Pierson, ter conseguido distinguir a forma de preconceito racial da América do Norte, de outras formas de preconceito racial existentes em outros locais. Se, por um lado, o preconceito existente no Brasil seria racial, assim como o estadunidense, por outro lado, sua estruturação se dava a partir de um modelo peculiar de relações sociais: o brasileiro.

RELAÇÕES RACIAIS ENTRE BRANCOS E NEGROS EM SÃO PAULO - FLORESTAN FERNANDES E ROGER BASTIDE

Por fim, tem-se a análise empreendida por Florestan Fernandes e Roger Bastide em *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo* (1955). Apesar de o livro ser de autoria de ambos os autores, nossa análise focará a interpretação feita por Florestan Fernandes no capítulo “*Cor e estrutura social em mudança*” e outros trabalhos posteriores do autor. Fernandes foi o sociólogo que divergiu no referencial teórico utilizado para realizar sua pesquisa. Enquanto a maior parte dos autores apresentados anteriormente fez uso do instrumental da Escola de Chicago, utilizando fartamente técnicas como a etnografia e focando elementos de ordem microsocial, Fernandes se utilizou de uma perspectiva histórico-funcionalista de tradição francesa, mesclando técnicas de pesquisa como a história de vida, observação participante e

o preconceito é utilizado pelo grupo que perde seus privilégios racialmente herdados, como uma tentativa de dar continuidade a uma ordem racial que não existe mais em termos jurídicos.

grupos focais. Assim sendo, o autor buscou analisar elementos estruturais que organizavam a sociedade brasileira nos anos 1950 e ditavam as relações que se davam entre grupos distintos.

Resumidamente, a pergunta que Florestan Fernandes faz no início de seu trabalho é: qual a função do preconceito na sociedade brasileira antes e depois da Abolição? A resposta do autor é de que **o preconceito é um esforço deliberado das oligarquias dominantes de manter os privilégios raciais vigentes na sociedade escravista**, na qual **posições sociais eram herdadas** tendo como **base o pertencimento racial**. Em outros termos, na passagem de uma **sociedade estamental**, rural e escravista para outra de classe, urbana e com trabalho assalariado, o preconceito é utilizado pelo grupo que perde seus privilégios racialmente herdados, como uma tentativa de dar continuidade a uma ordem racial que não existe mais em termos jurídicos. O preconceito, para o autor, toma novo fôlego quando a mão de obra de ex-escravizados/as é substituída pela do/a imigrante no mercado de trabalho assalariado que se constituía à época. **Florestan Fernandes** conseguia fazer uma **análise na qual equacionava ao mesmo tempo raça e classe**, elementos que nos trabalhos de Pierson e Costa Pinto tendiam a ser separados. Além disso, o autor dá os primeiros passos na desconstrução da noção de *democracia racial*, ao apresentá-la como categoria mistificadora das relações raciais no Brasil.

Dentro da etiqueta racial brasileira, vigeria uma lógica na qual não se permite afirmar abertamente ser portador/a de preconceitos ou ser racista. Haveria, nas palavras do autor, o “preconceito de ter preconceito”.

Em textos posteriores (1965 e 1972), o sociólogo chama atenção para o aspecto “*trickster*” (malandro) do preconceito e do racismo no Brasil: difícil de ser visto e desprovido de agentes. Dentro da etiqueta racial brasileira, vigeria uma lógica na qual não se permite afirmar abertamente ser portador/a de preconceitos ou ser racista. Haveria, nas palavras do autor, o “preconceito de ter preconceito”. Estabelecia-se, assim, uma **lógica esquizofrênica** em que **as pessoas afirmavam que conheciam racistas** e já haviam até mesmo **presenciado situações racistas, mas nunca se qualificavam com tal**, alocando **sempre a prática no outro**: o “racismo retroativo”. Pesquisas posteriores, como o **survey** realizado pelo jornal *Folha de São Paulo*, no início da década de 1990, e que resultou na publicação **RACISMO CORDIAL (1998)**, confirmam esse aspecto do racismo à brasileira.

RACISMO CORDIAL (1998)

livro escrito por Cleusa Turra e lançado pela Editora Ática, com a versão integral da Pesquisa Datafolha realizada pela Folha de São Paulo, sobre preconceito de cor no Brasil. Fala de um tipo de racismo tipicamente brasileiro contra negros/as, que é marcado por uma cortesia superficial que encobre atitudes e comportamentos discriminatórios, que aparecem nas relações interpessoais por meio de piadas, ditos populares e brincadeiras racistas. O destaque é dado para a confirmação da existência do racismo, porém, desprovido de agentes.

Retomamos aqui a definição de **Racismo como um conjunto de ações, ideias, doutrinas e pensamentos que estabelece, justifica e legitima a dominação de um grupo racial sobre outro**, pautado numa **suposta superioridade do grupo dominador em relação aos dominados**. Num **regime** em que prevalece uma **lógica racista**, os **recursos** das mais diversas ordens (**econômicos, políticos e simbólicos**) são **distribuídos seguindo a lógica desigual da hierarquia racial** vigente. As várias formas de racismo devem sempre ser entendidas dentro de sua peculiaridade de estruturação e funcionamento, de modo que, quando comparados, afirmações baseadas em juízos de valor que entendem alguns/algumas sendo “melhores” do que outros/as – e vice-versa – tendem a ofuscar o preciso entendimento de cada um/a na sua especificidade. Vale acrescentar que o Apartheid sul-africano, o sistema segregacionista norte-americano Jim Crow e o “racismo cordial” brasileiro são experiências localizadas no tempo que têm pontos de contato, mas não devem ser hierarquizadas numa lógica valorativa.

Florestan Fernandes, a partir dos anos 1960, passará a qualificar a *democracia racial* como um poderoso construto ideológico que mascararia a realidade de dominação de brancos/as sobre negros/as no Brasil. De acordo com o sociólogo, a democracia racial poderia ser entendida como “ideologia” no sentido marxista do termo, ou seja, como uma espécie de fumaça ou neblina que ofusca a realidade social na qual se vive e, assim sendo, **impede aos grupos dominados que tomem ciência do processo de exploração ao qual estão submetidos**.

a democracia racial poderia ser entendida como “ideologia” no sentido marxista do termo, ou seja, como uma espécie de fumaça ou neblina que ofusca a realidade social

Pode-se afirmar, assim, que o ciclo de estudos da UNESCO significou uma “balde de água fria” nas pretensões do Brasil de se tornar um modelo de referência no que diz respeito à “tolerância racial”, uma vez que o preconceito racial foi dado como uma realidade existente no país e estabeleceu-se um consenso crescente entre os/as pesquisadores/as quanto ao caráter mistificador da democracia racial. Em suma, **os estudos apontaram que éramos (e somos!) um país racista**. O projeto foi ainda responsável por promover a profissionalização e a institucionalização das ciências sociais brasileiras, além de fornecer munção teórica para os/as ativistas negros/as que agora tinham cientificamente comprovadas suas denúncias de existência de racismo e preconceito racial no país.

Um último ponto que gostaríamos de destacar diz respeito à concepção de raça utilizada pelos autores vinculados aos estudos UNESCO. **Em todas essas obras, já não aparecem mais concepções biologizadas de raça** tão comuns em autores/as anteriores aos anos 1930 (MOUTINHO, 2004). Raça é operacionalizada nessas investigações dentro de uma percepção sociológica que busca entender como a categoria, de certa forma, aloca os indivíduos no espaço social. Dito de outra forma, **raça é entendida como um construto social, histórico e político** que não possui bases biológicas, mas possui existência social do ponto de vista simbólico, tendo impacto direto na maneira como as pessoas se relacionam e constroem hierarquias sociais.

Além disso, no caso do Brasil, a concepção de raça vigente é informada por um gradiente de

cores que se organiza entre dois extremos: preto e branco. Retornaremos a esses conceitos ao analisar os debates sobre relações raciais e desigualdade racial nos anos 1970, 1980 e 1990. O conteúdo será essencial para situar o debate entre sociólogos/as e antropólogos/as sobre classificação racial, as releituras da idéia de democracia racial, bem como as críticas às políticas afirmativas já apresentadas no início deste Curso.

GLOSSÁRIO

Escola de Chicago – A Escola de Chicago surgiu da iniciativa de sociólogos/as norte americanos/as, nos anos 1910. A partir do Departamento de Sociologia passaram a estudar os fenômenos sociais que ocorriam nas áreas urbanas das metrópoles: comportamentos desviantes, gangues, comunidades segregadas etc. A partir de pesquisas passaram a desenvolver novos conceitos, teorias e métodos para explicar e controlar estes fenômenos. Assim, a expressão *Escola de Chicago* passou a designar as correntes do pensamento de diferentes áreas (arquitetura e urbanismo, psicologia social, comunicação social etc) e épocas, desenvolvidas na cidade de Chicago.

Epifenômeno – fenômeno causado por outro fenômeno mais importante. Por exemplo, o efeito secundário de uma doença.

Grupos focais - modalidade de entrevista que segue um roteiro, prevê um/a moderador/a condutor/a da conversa e um/a ou mais observadores/as, que complementam o material. O grupo focal é interessante para provocar opiniões e experiências dos/as participantes, que permitam leituras do mundo a partir do ponto de vista dos/as integrantes do grupo. É um instrumental, que encoraja os/as entrevistados/as a dizerem o que pensam sobre um determinado assunto e exporem suas opiniões com franqueza.

Sociedade estamental - sociedade que tem camadas sociais mais fechadas do que as classes sociais, e mais abertas do que as castas. Historicamente, os estamentos caracterizaram a sociedade feudal durante a Idade Média.

Survey - É uma pesquisa empírica, composta de um questionário, que deve ser validado antes de ser aplicado aos/às participantes escolhidos/as. Os dados levantados são analisados e produzem resultados. Esse modelo é muito usado em pesquisas de voto, de opinião pública e de serviços.

ANOS DECISIVOS 1940-1960: A POSSIBILIDADE DA DEMOCRACIA RACIAL

DEMOCRACIA RACIAL - A SOLUÇÃO TEÓRICA E OS DESAFIOS DA PRÁTICA: COMO INTEGRAR NEGROS/AS E MESTIÇOS/AS À NOVA SOCIEDADE DE CLASSES?

COMO A DIVERSIDADE CULTURAL E ÉTNICO-RACIAL SE ACOMODARIA À REALIDADE NACIONAL?

EM QUE MEDIDA PLANEJAVAM-SE E ESPERAVAM-SE A ASSIMILAÇÃO DA CULTURA MESTIÇA PELOS/AS BRASILEIROS/AS?

SEM UM PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS/AS NEGROS/AS, COMO SE PODERIA DEIXAR PARA TRÁS O PASSADO DE ESCRAVIZAÇÃO?

QUAL O IMPACTO DESTA AUSÊNCIA PARA NEGROS/AS E PARA O PAÍS?

PRECONCEITO RACIAL OU DE CLASSE?

A QUESTÃO RACIAL É VIVIDA DE FORMA DIFERENTE POR NEGROS E NEGRAS DE DISTINTAS CLASSES ECONÔMICAS?

Com a vigência do Estado Novo (nas décadas de 1930 e 1940), questões de identidade sobre a constituição do povo e cultura brasileiros, isto é, o que definia o Brasil e o diferenciava de outras nações, foram resolvidas com a implementação, pela ditadura de Getúlio Vargas, do projeto modernista, da década de 1920, presente entre as vanguardas artísticas e intelectuais nacionais. Nesse período, surgiram *movimentos modernistas* em diferentes partes do país, mas aquele que viria a ter mais repercussão seria o movimento modernista paulista. Jovens artistas e intelectuais, na maioria oriunda das elites paulistas, como Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, entre outros/as, promoveram, de 11 a 18 de fevereiro de 1922, a I Semana de Arte Moderna, que consistiu numa série de atividades (recitais, saraus, exposições de pinturas e apresentações musicais) realizadas no Teatro Municipal de São Paulo. Em linhas gerais, o *modernismo propunha*, a partir da *influência do movimento modernista europeu*, que **artistas olhassem para elementos nacionais e populares**, como base para a produção artística em suas diversas vertentes (plásticas, literárias e musicais), deixando de lado elementos estranhos a culturas locais em suas representações estéticas.

elementos culturais negros foram interpretados como símbolos da nação brasileira numa espécie de negociação cultural entre elites e povo.

Nessa perspectiva, entre os anos 1930 e 1940, elementos culturais negros foram interpretados como símbolos da nação brasileira numa espécie de negociação cultural entre elites e povo. É a partir desse momento que **a feijoada, a capoeira e o samba, antes vistos como manifestações culturais inferiores devido a sua origem negro-mestiça, passam a representar o que haveria de mais brasileiro**. Um exemplo de tal processo é dado pelo antropólogo

Hermano Vianna, que, em seu livro *O Mistério do Samba* (1995), descreve as negociações que envolveram a formação do samba e a sua elevação à categoria de ritmo nacional por excelência. De acordo com o autor, esse foi um processo que envolveu os mais diversos atores e atrizes sociais: músicos/as, intelectuais, políticos/as, a mídia da época (jornais e o nascente rádio) e o Estado.

Os termos que mais se ouviam à época eram **integração e assimilação**, ou seja, **integração da população de origem negra e mestiça à sociedade de classes que se constituía, e assimilação dos padrões culturais mestiços**

Olhando esse quadro se poderia supor que os problemas raciais, finalmente, haviam se resolvido. Raça não condenava mais a nação, uma vez substituída pela categoria “cultura”; a *democracia racial* afirmava a convivência pacífica e igualitária entre grupos raciais diferentes; manifestações e elementos culturais de origem negra/africana, antes repudiados, haviam sido elevados à categoria de expressão da nação brasileira, constituída por um povo mestiço. Os termos que mais se ouviam à época eram *integração e assimilação*, ou seja, integração da população de origem negra e mestiça à sociedade de classes que se constituía, e assimilação dos padrões culturais mestiços. A história, porém, não é tão simples como parece.

Como se verá na Unidade 4, sobre os movimentos negros e movimentos de mulheres negras, desde os anos 1910 já existiam organizações políticas e sociais que questionavam o *status quo* das relações entre negros/as e brancos/as. A mais importante delas, a Frente Negra Brasileira (FNB), mencionada em outros momentos deste Curso, surgiu em São Paulo nos 1930 e teve filiais por todo o interior do estado paulista e em outras capitais, como Salvador, Porto Alegre e Recife.

Em linhas gerais, **os/as ativistas/as negros/as denunciavam a situação vivenciada pela população negra** que, por um lado, **não havia recebido qualquer tipo de auxílio do Estado brasileiro no pós-abolição** e, de outro, **era preterida no mercado de trabalho, já que os/as empregadores/as privilegiavam imigrantes europeus/eias** para os postos de trabalho disponíveis. O resultado era uma massa de pobres, majoritariamente negra, vivendo de subempregos nas cidades, uma vez que, após a Abolição, ocorreu a migração em massa de boa parte da população das fazendas para cidades de interior e capitais.

Se é verdade que **no Brasil não existiu o modelo de segregação racial vivido em países como Estados Unidos ou África do Sul**, também é verdadeiro que **as noções de raça e racismo ditaram as discussões intelectuais e políticas sobre o futuro do país no final do século XIX** e, desse modo, tiveram um **impacto direto na dinâmica social dos indivíduos comuns, criando-se uma segregação racial à brasileira**. O resultado mais visível foi o surgimento de uma espécie de etiqueta racial em que a segregação e a discriminação eram exercidas de forma velada. O resultado era a existência de clubes que não aceitavam a presença de negros/as, utilização de espaços públicos como praças e parques a partir de lógicas que distinguiam áreas de circulação para negros/as e para brancos/as e, como já foi dito, o impedimento deliberado de acesso ao mercado de trabalho a negros/as e mestiços/as.

negros/as se viam injustiçados/as ao serem preteridos por imigrantes no mercado de trabalho, uma vez que, de acordo com a sua interpretação, seriam os verdadeiros “mestiços nacionais”.

Em São Paulo, onde havia um número equilibrado de negros/as e de imigrantes europeus/eias, as tensões raciais aumentaram por conta de conflitos pelos postos de trabalho. Ao mesmo tempo, via-

-se uma exacerbação do orgulho racial que tinha como epicentro a Europa, que assistia à ascensão dos regimes nazi-fascistas de extrema direita de Adolf Hitler (1889-1945), na Alemanha, e **Benito Mussolini** (1883-1945), na Itália. A valorização de um pensamento racial na Alemanha Nazista e Itália Fascista informava, indiretamente, a dinâmica das relações entre brancos/as imigrantes e negros/as no Brasil, sendo interpretadas de forma distinta pelos dois grupos.

Refletindo a influência do pensamento de Freyre e posições políticas de organizações como o **MOVIMENTO INTEGRALISTA**, negros/as se viam injustiçados/as ao serem preteridos por imigrantes no mercado de trabalho, uma vez que, de acordo com a sua interpretação, seriam os/as verdadeiros/as “mestiços/as nacionais”. Muitas vezes, compactuando com os *slogans* racistas vigentes na Europa, ativistas da Frente Negra afirmavam que Hitler agia corretamente ao defender os interesses da “raça germânica” e que o Estado brasileiro deveria fazer o mesmo defendendo a “raça mestiça” cujos/as representantes legítimos eram os/as negros/as (ver Bastide, 1955 e 1983). Empregadores/as, por sua vez, vinculavam-se à perspectiva do embranquecimento justificando a contratação de imigrantes, já que estes/as seriam mais “aptos/as” para os trabalhos urbanos e assalariados¹.

MOVIMENTO INTEGRALISTA

Movimento de classe média que fundou, em 1932, um partido político chamado Ação Integralista Brasileira, a partir de um grupo de estudos da Sociedade de Estudos Paulista, que estudava os problemas gerais da nação. Seu fundador, Plínio Salgado era um jornalista e escritor modernista. O partido que era nacionalista e constitucionalista foi influenciado pelo fascismo italiano. O partido foi extinto como os demais pelo Estado Novo. Seus/suas integrantes eram conhecidos/as como camisas-verdes ou galinhas-verdes, por causa do uniforme que usavam.

a disputa entre nacionais (negros/as e mestiços/as) e imigrantes foi amenizada por meio do estabelecimento da Lei de 2/3 (Lei da Nacionalização do Trabalho – 1930)

De certa forma, a insuflação de orgulho racial foi cortada bruscamente pelo regime do Estado Novo, ao colocar todas as organizações políticas na ilegalidade, em 1937, e a posterior repressão de demonstrações de apoio aos regimes nazi-fascistas devido ao alinhamento do Brasil ao grupo de países Aliados (EUA, França, Inglaterra e, posteriormente, Rússia). No caso do mercado de trabalho, a disputa entre nacionais (negros/as e mestiços/as) e imigrantes foi amenizada por meio do estabelecimento da Lei de 2/3 (Lei da Nacionalização do Trabalho – 1930), pela qual dois terços dos postos de trabalho deveriam ser obrigatoriamente ocupados por brasileiros/as, o que, indiretamente, beneficiou negros/as e mestiços/as.

Por outro lado, o imaginário de democracia racial tomava cada vez mais força e começava a significar sinônimo de Brasil. Alguns passaram a se perguntar: se no Brasil impera a igualdade racial, por que negros/as e mestiços/as afirmam ser vítimas de preconceito e discriminação? Existiria, de

–

1. O segundo capítulo do livro de Flávio Francisco, *Laços Atlânticos* (2008), oferece uma rápida e didática discussão das relações entre negros e imigrantes no contexto de São Paulo das décadas de 1920 e 1930.

fato, preconceito racial no Brasil? A procura de respostas para essas questões orientou a formação de um campo de investigações sociológicas sobre as relações entre negros/as e brancos/as entre os anos 1940 e 1960, como pode ser observado nas obras de autores como Donald Pierson, E. Franklin Frazier, Luiz Aguiar de Costa Pinto, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Charles Wagley, Marvin Harris, entre vários/as outros/as que, de uma forma ou de outra, estabeleceram diálogo com a obra de Freyre. Neste espaço, nos limitaremos à análise de alguns/as deles/as².

Para o autor, verificava-se sociologicamente a existência de uma democracia racial no país, uma vez que o que muitos ativistas negros/as classificavam como “preconceito racial” era na verdade “preconceito de classe”.

O primeiro trabalho classificado dentro do que se convencionou chamar relações raciais no Brasil foi, de acordo com Antonio Sérgio Guimarães (1999), o do sociólogo norte-americano Donald Pierson (1900-1995), com o livro *Brancos e Pretos na Bahia* (PIERSON, 1942). A pesquisa que deu origem ao livro foi realizada na capital baiana entre 1935 e 1937. Nesse período, o pesquisador conviveu e analisou as atitudes raciais dos/as soteropolitanos/as por meio de técnicas como observação participante, entrevistas e leitura de obras brasileiras que tratavam das relações entre negros/as e brancos/as. A conclusão do sociólogo, que se mostrava bastante influenciado pela leitura de *Casa Grande & Senzala*, era a de que o Brasil seria uma “sociedade multirracial de classes”, ou seja, uma sociedade de classes na qual

se podia verificar a presença de indivíduos em todos os níveis da pirâmide social. As classes mais elevadas tendiam a ser mais claras do que as baixas, o contato entre elas era amistoso e, na maioria das vezes, ausente de conflitos. Pierson também afirmava que o apego à noção de raça era pequeno e seria errôneo falar em “preconceito de raça”, o qual era extremamente difícil de ser visto e, quando ocorria, se dava de maneira isolada a partir de crenças e atitudes individuais estranhas às tradições autóctones. Por outro lado, era evidente ao autor a existência de “preconceito de classe” nos contatos entre indivíduos de classes distintas, de modo que uniões matrimoniais entre pobres e ricos/as também não eram estimuladas. Para o autor, verificava-se sociologicamente a existência de uma democracia racial no país, uma vez que o que muitos/as ativistas negros/as classificavam como “preconceito racial” era na verdade “preconceito de classe”.

E. Franklin Frazier (1894-1962) foi sociólogo e professor da Howard University, a mais célebre universidade negra dos Estados Unidos, localizada em Washington DC. No início dos anos 1940, antes do livro de Pierson ser publicado, o intelectual recebeu uma bolsa para viajar ao Brasil e pesquisar as relações entre negros/as e brancos/as no país da América do Sul. As observações e conclusões do pesquisador, registradas em seu pequeno ensaio intitulado *Comparisons of Negro-White Relations in Brazil and in the United States* (Frazier, 1944), divergiam um pouco das do colega de Chicago.

—
2.

Para uma discussão pormenorizada e lista completa de autores ver Guimarães, 1999.

no sudeste e sul, devido à grande presença de imigrantes, sentiam-se muito mais as tensões raciais

Frazier, que viajou e conheceu o sudeste do Brasil, observa que a **discriminação e preconceito de brancos/as contra negros/as e mestiços/as que ocorriam no país diferiam em grau e gênero das experimentadas nos EUA** pela população afro-americana. A população soteropolitana, mais homogênea do ponto de vista racial, tendia a expressar suas discriminações em termos de classe, enquanto que no sudeste e sul, devido à grande presença de imigrantes, sentiam-se muito mais as tensões raciais e muitas vezes isso era dito abertamente pelas pessoas, ocorrendo situações que poderiam, de certa forma, extrapolar o preconceito de classe, se aproximando do de raça. Isso é o que pode ser notado na passagem abaixo:

"Os comícios de todas as noites na praça do Patriarca e as concentrações também à noite de negros agressivos ou embriagados na rua Direita e na praça da Sé, os botequins do centro onde os grupos se embriagam, já estão provocando protestos, justíssimos protestos, até pela imprensa, pois não é possível uma cidade como São Paulo ficar a mercê de hordas grosseiras e malcriadas, prontas a se desencadearem contra qualquer branco, homem ou mulher, desde que um gesto involuntário, um olhar mesmo, possa ser mal interpretado por esses grupos brutais e violentos" (DUARTE, 16 de Abril de 1947:5).

Nesse artigo, o jornalista Paulo Duarte (1899-1984) evidencia a **preocupação das elites paulistas** em relação à **ocupação da região central da cidade pelos/as negros/as nos anos 1940, associando-os/as ao perigo e à violência**. Duarte não atacava somente os/as negros/as "agressivos/as" e "embriagados/as" da Rua Direita e da Praça do Patriarca, mas também o que ele chamava de "sociologia nigro-romântica do Nordeste" e a literatura

"dos sociólogos romancistas ou dos romancistas sociólogos tidos como alunos do Sr. Gilberto Freire (sic); rapazes de algum talento, sem possuir, no entanto, do mestre nem a cultura nem a análise aguda deformada apenas pela sua irreprimível imaginação tropical cheia de brilho" (DUARTE, 16 de Abril de 1947:5)

De acordo com o literato paulista, esses intelectuais insistiriam em pintar um tipo brasileiro definitivo tendendo para o/a negro/a, mas Duarte afirmava categoricamente:

"Uma coisa, porém, existe e existirá com absoluta nitidez, a deliberação marcada pelo consenso unânime dos brasileiros lúcidos: o Brasil quer ser um país branco e não um país negro". (DUARTE, 17 de Abril de 1947:6)

A Rua Direita, região central e elitizada na São Paulo dos anos 1940 e 1950, foi motivo de várias polêmicas entre a população negra e os/as comerciantes ali estabelecidos nessa época. Certa feita tentou-se proibir a circulação desse contingente da população no local e num artigo de jornal, os/as lojistas alertavam que os/as negros/as estavam dando a São Paulo um aspecto de Havana (ANDREWS, 1998 e KÖSSLING, 2004).

Fica explícito o paradoxo existente à época. **De um lado, representações e pesquisas que confirmavam o imaginário de democracia racial**, reconhecendo as desigualdades de classe, porém negando a existência de preconceitos raciais. **De outro, a relutância em aceitar a representação do Brasil como um país não branco e o desconforto com a presença de negros/as e mestiços/as**, dando margem à **proposição de medidas segregacionistas** como solução para aqueles/as que viam nessa diversidade um problema.

LEIS DE JIM CROW

foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos EUA, em vigor entre 1876 e 1965 e que afetaram afroamericanos/as, asiáticos/as e outros grupos étnico-raciais. Entre as várias leis, destacam-se as que exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos, incluindo trens e ônibus, tivessem instalações separadas para brancos/as e negros/as. A segregação escolar foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte em 1954, e todas as outras leis foram revogadas em 1964 pelo Civil Rights Act.

O racismo científico que pairava sobre o mundo no século XIX e tivera seu ápice com o genocídio de judeus/judias pela Alemanha Nazista, com o fim da guerra, ganhava outras versões e estruturação mundo afora.

Vista de fora, a suposta experiência brasileira de tolerância racial ganhava ainda mais força com o fim da Segunda Guerra Mundial (1938-1945). O racismo científico que pairava sobre o mundo no século XIX e tivera seu ápice com o genocídio de judeus/judias pela Alemanha Nazista, com o fim da guerra, ganhava outras versões e estruturação mundo afora. São exemplos o Apartheid na África do Sul, em 1948, e o sistema de leis **JIM CROW**, vigente no sul dos Estados Unidos desde 1876, que estabelecia a segregação racial separando negros/as e brancos/as.

GLOSSÁRIO

Benito Mussolini (1883-1945) – Foi um dos criadores e líder do Partido Nacional Fascista. Em 1922 tornou-se Primeiro Ministro da Itália e em 1925 começou a utilizar o título *Il Duce*, que significa “o líder”. Foi o líder da República Social Italiana e teve o controle supremo sobre as forças armadas da Itália. Permaneceu no poder até 1943. Foi um dos fundadores do Fascismo Italiano, que era nacionalista, corporativista, expansionista, anti-comunista, ligado ao sindicalismo nacional e pelo progresso social. Entrou na Segunda Guerra Mundial ao lado do Adolf Hitler. Com a invasão dos aliados foi preso e executado por guerrilheiros italianos, que exibiram seu corpo em área pública, pendurado de cabeça para baixo.

Movimento modernista brasileiro – teve como marco simbólico a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, no ano de 1922. O evento comemorativo do Centenário da Independência do Brasil foi organizado por um grupo de intelectuais e artistas. O movimento declarava o rompimento com as correntes literárias e artísticas anteriores e o compromisso com a independência cultural do país e de um estilo novo, associado às questões nacionais, à urbanização, à industrialização e à migração de estrangeiros/as. O Movimento aconteceu em vários estados do país com forte presença até 1930. Nele se destacaram Heitor Villa-Lobos na música, Mario e Oswald de Andrade na literatura, Victor Brecheret na escultura, Anita Malfatti e Di Cavalcanti na pintura, entre outros/as.

O mistério do samba – na obra, o autor, Hermano Vianna, destaca o encontro entre representantes da elite e intelectuais do Brasil e os/as músicos/as negros/as e mestiços/as das periferias do Rio de Janeiro. Para VIANNA, o registro e análise destes encontros foram essenciais para descobrir o processo de transformação do samba - ritmo renegado pela elite e discriminado pela polícia- em um símbolo nacional. O encontro de nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto entre outros, com os músicos Pixinguinha, Patrício Teixeira e Donga, são relacionados pelo autor, com as questões de identidade nacional, da busca de uma definição sobre o que é ser brasileiro/a, no contexto sociocultural do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930 (Crf. a <http://camelomarinho.blogspot.com/2009/05/o-misterio-do-samba-hermano-vianna>).

O/A MESTIÇO/A COMO SÍMBOLO NACIONAL:**CASA GRANDE & SENZALA, CULTURA, O BRASIL MESTIÇO E A DEMOCRACIA RACIAL**

BRASIL BRANCO?

BRASIL NEGRO?

BRASIL MESTIÇO?

COMO O BRASIL ERA VISTO PELOS/AS BRASILEIROS/AS?

COMO QUERIA SER VISTO?

QUAL IMAGEM DE BRASIL FOI SENDO CONSTRUÍDA PELOS/AS PESQUISADORES/AS E CIENTISTAS?

QUAL A IMPORTÂNCIA DA OBRA DE GILBERTO FREYRE PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL?

COMO O/A MESTIÇO/A DEIXA DE SER UMA AMEAÇA E PASSA A SER UM "MODELO"?

O que se apreende da primeira parte de nosso relato é que as teorias racistas impunham uma lógica de determinismo racial que privava os indivíduos de liberdade e autonomia, já que todas as suas características (morais, psicológicas e físicas) estavam vinculadas ao seu grupo racial. Como veremos, o debate mudará de forma considerável no intervalo de anos entre as duas guerras mundiais (1919-1938).

A década de 1930 é importante para o entendimento do Brasil contemporâneo. Além da troca de **oligarquias** que dominavam politicamente o país (fim da **República Velha**) e da mudança da base de sustentação econômica (início da industrialização), estavam em mutação os paradigmas teóricos que orientavam nossa intelectualidade. Naquele momento, os elementos que representavam nosso país foram repensados, e várias obras que entrariam como referências para o cânone de pensamento social brasileiro passaram – de maneira positiva ou negativa – pela discussão da questão racial. Exemplos são os livros clássicos *Raízes do Brasil* (1936), do historiador Sérgio Buarque de Holanda, *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. A obra que teve maior impacto nas discussões sobre raça e racismo foi a do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala* (1933), várias vezes citado neste curso.

várias obras que entrariam como referências para o cânone de pensamento social brasileiro passaram – de maneira positiva ou negativa – pela discussão da questão racial.

A autora Maria Lúcia Pallares-Burke, em seu livro *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos* (2005), afirma que não só a formação teórica obtida nos EUA possibilitou ao intelectual formular uma interpretação do Brasil livre do determinismo racial, como também o próprio ambiente norte-americano o teria estimulado a pensar longe desse paradigma, uma vez que o país da América do Norte vivia um momento de aquecimento do racismo contra não-brancos/as e estrangeiros/as. Pallares-Burke mostra como Freyre, ao chegar aos EUA, era simpático a determinadas teorias racistas, mas seu contato com o racismo norte-americano, e não raro a discriminação que vivenciou contra si, foram fatores importantes na formulação de suas teorias explicativas de seu país de origem.

Na obra *Casa-Grande & Senzala*, o autor evidencia e positiva as contribuições culturais dos/as negros/as para a formação do país.

Sob a influência teórica do “pai da antropologia cultural”, Franz Boas (1858-1942), Freyre elaborou uma interpretação da formação do Brasil que deixava de lado o pessimismo racial que condenava o país e fazia uso da categoria “cultura” para entender o processo de formação da sociedade brasileira que, segundo sua análise, seria mestiça. Na obra que marca essa passagem, *Casa-Grande & Senzala*, o autor evidencia e positiva as contribuições culturais dos/as negros/as para a formação do país.

De acordo com Ricardo Benzaquen de Araújo, em seu livro *Guerra e Paz* (1994), a grande inovação teórica de Freyre é de, entre os/as formuladores/as do determinismo racial, como Gobineau, e os/as teóricos/as culturalistas, como Franz Boas, estabelecer uma categoria intermediária de análise que dizia respeito ao clima, ao meio físico. Essa categoria possibilitava uma relativização tanto do conceito de raça quanto do de cultura. Soma-se a isso, ainda, uma concepção *neo-lamarckiana* de raça, ou seja, **a enorme capacidade de adaptabilidade dos indivíduos ao clima seria capaz de alterar a raça e a cultura num processo de trocas dinâmicas.** Nesse ponto de vista, **negros/as de origem africana deixavam de ser vistos/as como indivíduos vinculados a uma raça inferior que inviabilizaria o desenvolvimento do país,** pelo contrário, agora eles/as eram entendidos/as como aqueles/as que haviam **promovido a adaptação de brancos/as ao contexto local.** Assim sendo, as análises baseadas no determinismo racial são deixadas para trás, bem como o ideal de embranquecimento que passa a ser substituído pela ideal da mestiçagem. Nas palavras de Freyre

“todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (FREYRE, 1933).

Casa Grande & Senzala continha uma perspectiva positiva e nostálgica das relações entre negros/as, brancos/as e indígenas, apresentando o país como um exemplo de tolerância cristalizada no conceito de ***demonstração racial***, ou seja, de convivência pacífica e ausente de conflitos, preconceitos ou discriminações de base racial entre os/as que viviam no país. Essa imagem de “harmonia racial”, como mostram algumas obras, já era cultivada desde o século XIX e ganhou força no contexto de virada do século e nas primeiras décadas do século XX, em contraste ao forte racismo que era vivenciado nos Estados Unidos. Na coletânea de ensaios, notícias de jornal e revistas realizada pelo americano David Hellwig, em seu livro *African-American Reflections On Brazil's Racial Paradise* (1992), constata-se que **o Brasil se colocava como um paradigma de convívio racial para a população negra norte-americana entre os anos de 1900 e 1940, e muitos tentaram imigrar para cá fugindo do racismo estadunidense.** Durante muito tempo, o Brasil exportou para o mundo uma imagem de harmonia racial ou paraíso racial, local onde indivíduos de raças diferentes conviveriam sem qualquer tipo de problema ou conflito.

o Brasil exportou para o mundo uma imagem de harmonia racial ou paraíso racial, local onde indivíduos de raças diferentes conviveriam sem qualquer tipo de problema ou conflito.

Freyre foi, dessa maneira, o primeiro teórico a recontar o *mito das três raças*, positivando a contribuição negra para a cultura brasileira e isentando esse encontro de aspectos conflituosos, mesmo

Deve-se ponderar o fato de Freyre ser um autor de transição entre paradigmas teóricos distintos, o que o teria levado a operar com elementos que remetessem ao esquema conceitual precedente.

admitindo as crueldades cometidas contra negros/as na escravidão. Freyre conseguiu, por meio de uma prosa refinada e consistente e de conhecimento histórico e antropológico, recolocar o *mito das três raças* fundantes do país numa perspectiva positiva que se contrapunha ao pensamento racista das décadas anteriores, que condenava o país por sua origem negro-mestiça. Essa afirmação pode ser observada comparando-se *Casa Grande & Senzala* (1933) com a obra do paulista Paulo Prado (1869-1943), *Retrato do Brasil* (1928), cujo subtítulo era: “ensaio sobre a tristeza brasileira”. Apesar de ser o mais lembrado e que teve mais repercussão, especialmente devido a seu estilo de escrita literário, Freyre não foi o único a vislumbrar essa mudança de

paradigma em sua obra. Autores como Manuel Bonfim (1868-1932), Edgar Roquete-Pinto (1884-1954) e Alberto Torres (1865-1917) são bons exemplos de intelectuais que tentaram pensar fora dos parâmetros estreitos do determinismo racial vigente no início do século XX.

Alguns críticos de Freyre apontam que o antropólogo teria substituído o *determinismo racial* por uma espécie de *determinismo cultural*, em que a noção de cultura seria um sinônimo de raça. Deve-se ponderar o fato de Freyre ser um autor de transição entre paradigmas teóricos distintos, o que o teria levado a operar com elementos que remetessem ao esquema conceitual precedente. Um exemplo é certa hierarquização de culturas a partir de suas respectivas contribuições para a formação da população/cultura brasileira e certos resquícios dos aspectos biológicos de raça que predisporiam os grupos, com suas respectivas culturas, para determinados papéis no processo civilizador que é instaurado no Brasil a partir do encontro das três raças/culturas. Isso desaparecerá nos trabalhos da próxima geração de pesquisadores/as, os quais se debruçarão sobre o tema e fundarão o campo de estudos que se convencionou chamar de *relações raciais*. Como havíamos proposto, neste módulo sobre Políticas Públicas e Raça, vamos estudar com maior profundidade em que esses/as novos/as autores/as se assemelham e diferenciam de Freyre e como incorporam a categoria raça em suas pesquisas.

GLOSSÁRIO

Democracia racial - é o termo usado para expressar a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial, diferentemente do que aconteceu nos EUA e em países africanos. Esta era a imagem que o Brasil vendia ao exterior: de um território democrático no quesito racial.

Neo-lamarckismo – conjunto de teorias bastante diversas, desenvolvidas nas duas últimas décadas do século 19, que aceitavam o princípio da herança de caracteres adquiridos.

Oligarquias – regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas de um mesmo partido, classe ou família, que governa em benefício próprio.

República Velha – recebe esta denominação para distingui-la da República Nova. A Velha compreende o período da proclamação (1889) até a ascensão de Getúlio Vargas em 1930.

QUANDO A RAÇA PASSOU A SER UM PROBLEMA NACIONAL: ABOLIÇÃO, TEORIAS RACISTAS E O IDEAL DE “EMBRANQUECIMENTO”

EM QUE CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO SE DÁ A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO?

QUAL O SIGNIFICADO E QUAIS AS IMPLICAÇÕES DA MUDANÇA DE STATUS DE “ESCRAVIZADO/A” PARA CIDADÃO/Ã?”

O ano de 1888 é um ano chave na história do Brasil, não só pela ocorrência da **ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA** pela **Lei Áurea**, mas também por conta dos problemas e dilemas que tal medida política trouxe para o futuro do país. **Quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, as bases econômicas que sustentavam a instituição escravidão já estavam relativamente deterioradas**, entretanto essas bases escondiam um debate que se daria com força já no dia 14 de maio daquele ano. A mudança de status de “escravizado/a” para “cidadão/ã” não deve ser aqui banalizada, mas sim problematizada à luz da época.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Pela Lei Áurea, em 1888, é extinta formalmente a escravidão para aproximadamente um milhão de escravizados/as, sendo que a população brasileira na época era de aproximadamente quinze milhões de habitantes. Parte dos/das escravizados/as havia conquistado alforria ou vivia em quilombos.

Esses/as novos/as cidadãos e cidadãs, que anteriormente lotavam as senzalas e parte das casas grandes do Brasil colonial, passavam a ser dotados de direitos e deveres e a compor o povo brasileiro.

Naquele período, a maior parte da população brasileira era constituída por negros/as e mestiços/as escravizados/as, além de uma proporção significativa de libertos/as. Esses/as novos/as cidadãos e cidadãs, que anteriormente lotavam as senzalas e parte das casas grandes do Brasil colonial, passavam a ser dotados de direitos e deveres e a compor o povo brasileiro. Emerge aí, de fato, um **“impasse racial”**: **como constituir uma nação habitada majoritariamente por ex-escravizados/as negros/as e mestiços/as, agora elevados/as, ao menos juridicamente, à categoria de cidadãos e cidadãs?** Um elemento complicador da resposta a tal pergunta estava

na chegada ao Brasil das teorias racistas oriundas da Europa, que condenavam o futuro de um país mestiço como o nosso. Esse fato nos leva a fazer uma segunda pergunta: qual o motivo da condenação? De que forma, segundo estas teorias, a presença de ex-escravizados/as negros/as e **mestiços/as** comprometia o desenvolvimento do país?

As teorias racistas fazem parte de um debate que, de certa forma, chegou atrasado ao Brasil. Como vimos na Unidade 1, a noção de raça vinha sendo discutida na Europa desde o início do século XIX, dividindo teóricos/as por distintos paradigmas. A antropóloga brasileira Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *“O espetáculo das raças”* (1993), se apropriou de um termo utilizado pelo intelectual Silvio Romero (1851-1914) para qualificar o contexto de recepção das novas “modas intelectuais”: “bando de idéias novas”, afirmava o crítico literário. Eram elas o darwinismo social, determinismo racial, **lamarkismo**, **antropometria lombrosiana**, liberalismo, **socialismo**, anarquismo, comunismo, entre outras. Ao apresentar essas e outras teorias na unidade anterior, observamos que estão inseridas

num contexto mais amplo de transformação da sociedade mundial da época, principalmente o estabelecimento da “modernidade ocidental”, o nascimento e cristalização dos Estados Nacionais europeus, a expansão do capitalismo e a efetivação do colonialismo na África e na Ásia.

A modernidade é um conceito central nas ciências humanas para entender a realidade social, política e econômica contemporânea. Tendo como epicentro a Europa e como marco de surgimento fins do século XVIII, ela se caracteriza por uma alteração da percepção das pessoas em relação ao mundo que as cercava. Isso ocorreu devido ao impacto das transformações políticas, econômicas, urbanas e tecnológicas, impulsionadas conjuntamente pela **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL** e Francesa (1789), aliado ao projeto dos teóricos iluministas. Esses/as pensadores/as concebiam a razão como algo inato à natureza humana e possuidora de um caráter libertador no sentido de que a sua correta utilização seria a chave para o estabelecimento da igualdade e justiça no mundo moderno. Como já vimos, porém, nem tudo foi um mar de rosas.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Teve início na Inglaterra em meados do século XVIII e se expandiu pelo mundo a partir do século XIX. Foi resultado de um conjunto de mudanças tecnológicas, que tiveram um grande impacto no processo produtivo, econômico e social. A era agrícola foi superada e parte do trabalho humano foi substituído por máquinas, criando novas relações entre capital e trabalho. O capitalismo passou a ser o novo sistema econômico.

O cientista social inglês Michael Banton, em verbete no “*Dictionary of race and ethnic relations*” (1994), faz uma síntese do que vimos tratando neste Módulo, quando nos diz que raça é um conceito que surge primeiramente no século XVI e era utilizado para identificar um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum. Com o decorrer do tempo, o termo passa a ter contornos que extrapolavam a ideia de origem. A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), em “*Origens do Totalitarismo*” (1989), mostra como, no século XVIII, parte da aristocracia francesa passou a se imaginar fazendo parte de uma raça de aristocratas em detrimento de uma “nação de cidadãos”, justamente no momento que começa a perder o poder para a burguesia industrial.

Contudo, foi na virada do século XVIII para o XIX que raça tomou contornos biológicos mais definidos, e os grupos raciais passaram a ser entendidos como realidades totalmente distintas e hierarquizadas. Em **1853**, o **conde francês Arthur de Gobineau** (1816-1882), que por um tempo **morou no Brasil** e foi **amigo do Imperador Dom Pedro II**, publicou seu “*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*”¹ que, posteriormente, seria uma das principais obras na **divulgação das teorias racistas e do racismo científico**, vindo a influenciar muito anos depois até mesmo o líder nazista alemão **Adolf Hitler** (1889-1945) ao escrever sua autobiografia intitulada *Minha luta* (2005 [1924]).

–

1. Para ler mais sobre o tema, ver MUNANGA, Kabengeue. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999; e GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853). Paris: Galimard; Plêiade, 1983.

as pessoas brancas eram vistas como biológica, moral e intelectualmente superiores a negros/as e amarelos/as, sendo a miscigenação compreendida como algo que enfraquecia os grupos.

Nesse contexto, as pessoas brancas eram vistas como biológica, moral e intelectualmente superiores a negros/as e amarelos/as, sendo a miscigenação compreendida como algo que enfraquecia os grupos, **pois os filhos/as mestiços/as incorporariam as qualidades do grupo racial inferior**. Entretanto, havia muita plasticidade e metamorfoses entre as categorizações hierarquizadas de branco/a, negro/a, asiático/a e indígena a partir de cada contexto. Exemplo disso nos fornece a autora zimbabuana Anne MacClintock, em seu livro *Imperial Leather* (1995), ao evidenciar como brancos/as irlandeses/as eram considerados/as, na Inglaterra do século

XVIII, um grupo inferior em relação a brancos/as ingleses/as, mas ainda assim irlandeses/as eram superiores/as a negros/as e asiáticos/as. O que fica evidente aqui é que se instaura uma verdadeira **pirâmide de raças**, sendo que, na base, se localizam as raças ditas inferiores e, no topo, as raças consideradas superiores. Raça, nesse sentido, pode ser qualificada como uma das novas tecnologias que ganham força e legitimidade ao final do século XIX e fornecem uma nova racionalidade à expansão do capitalismo ocidental, via colonialismo. O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) fornece um parâmetro teórico em sua obra *História da Sexualidade* (2005) para pensarmos o discurso racista. Assim como sexualidade, **raça é uma técnica de poder que é produto e produtora de formas discursivas que legitimam e normatizam os indivíduos** na sociedade contemporânea, **instaurando o que é normal e patológico**.

No contexto do século XIX, raça era tida como uma categoria biologizada, na qual as diferenças raciais eram dadas de forma ontológica, ou seja, cada raça possuía uma natureza própria que a diferenciava das demais de forma irreduzível. Em outras palavras, **não havia liberdade individual dentro das premissas raciais; as características psicológicas, biológicas, sociais e até de caráter estavam submetidas às características que definem o grupo**, de modo que o indivíduo estava submetido às características (boas e/ou ruins) da sua raça. Definia-se, assim, uma hierarquia na qual brancos e brancas de origem europeia eram entendidos como superiores (do ponto de vista moral, físico e psicológico) em detrimento dos/das indígenas autóctones, asiáticos/as e negros/as africanos/as, ainda que pelo pensamento racial, houvesse subdivisões dentro dos grupos. Por fim, a mistura vislumbrada na miscigenação era entendida como degenerescente, ou seja, o produto do cruzamento inter-racial era visto como degenerado, fraco e incorporando as características negativas de cada grupo.

o que essas teorias apontavam era uma espécie de futuro degenerado para a nação, uma vez que a população brasileira era constituída majoritariamente por indivíduos descendentes das raças ditas inferiores.

Resumidamente, o que essas teorias apontavam era uma espécie de futuro degenerado para a nação, uma vez que a população brasileira era constituída majoritariamente por indivíduos descendentes das raças ditas inferiores (**negros/as, indígenas e mestiços/as**). Nessa lógica, éramos um país cujo futuro estaria comprometido, **fadado ao fracasso devido à composição racial de nossa população**. Em suma,

Nossa singularidade está nas múltiplas identidades que assumimos: de gênero, de raça e etnia, de orientação sexual, de classe etc.

o que estava em jogo no debate travado em fins do século era justamente a definição da identidade nacional, ou seja, aquilo que constituía (e constitui) o povo e a nação brasileira.

Identidade, no contexto de nossa discussão, é entendida como o conjunto de características que nos formam como indivíduos singulares e que informam aos/às outros/as códigos sobre como agir e se relacionar em relação a nós. Nossa singularidade está nas múltiplas identidades que assumimos: de gênero, de raça e etnia, de orientação sexual, de classe etc. **A combinação de várias categorias** (se homem ou mulher, hetero, bi ou homossexual etc) **faz de cada um/a de nós pessoas únicas**, cuja unidade se converte no nome. Do mesmo modo que numa perspectiva individual, a identidade pode ser pensada em termos coletivos, informando características/traços da nacionalidade de cada país. O que estava em discussão no debate do final do século XIX no Brasil – e as teorias racistas condenavam – era a possibilidade de pensar um “povo brasileiro” que fosse viável no que diz respeito a suas origens raciais. Nosso país, naquele momento, era uma nação que pensava a constituição e a viabilidade de um povo que pudesse representá-la enquanto tal.

Assim sendo, as ideias de raça, mestiçagem e miscigenação tornaram-se conceitos fundamentais problematizados nos trabalhos de intelectuais brasileiros/as que buscavam solução para o impasse de se pensar a viabilidade da nação brasileira dentro do contexto racista do século XIX. Vista com pessimismo por alguns/as e com mais otimismo por outros/as, a questão racial foi debatida calorosamente ao final do século XIX no interior das instituições acadêmicas da época: faculdades de Direito e de Medicina. Esse fato nos é mostrado novamente por Lilia Moritz Schwarcz (1993), ao destacar o pensamento das duas figuras mais emblemáticas desse debate: o crítico literário sergipano Silvio Romero (1851-1914) e o médico/antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).

Ambos intelectuais estavam em concordância no que diz respeito à hierarquia existente entre os grupos raciais, mas discordavam em relação aos resultados da miscigenação. **Romero via a mistura de grupos raciais como uma saída para o impasse vivido pelo país**, já que haveria a possibilidade de **depuração do sangue negro por meio da inserção de mais brancos/as no território**, e desde que estes últimos estivessem dispostos a **misturarem-se com negros e mestiços**. O crítico literário não entendia o produto da miscigenação como degenerescente, como pode ser percebido na análise de seu livro *História da Literatura Brasileira* (1943 [1888]). A alta taxa de mortalidade de negros/as devido a suas condições sociais, aliada à mistura com brancos/as, apontava um futuro mais promissor para o país.

Raimundo Nina Rodrigues, por sua vez, era **contra a miscigenação**, já que esta, em sua opinião, **produziria seres degenerados**. Desse modo, chegou a **propor o estabelecimento de códigos penais distintos para brancos e negros**, como se vê no texto *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, publicado em 1894. Paradoxalmente, Rodrigues temia o desaparecimento da população negra e mestiça, por conta de seu interesse de ordem científica de estudar a degenerescência;

Branco/as de origem europeia eram desejados/as não apenas como mão de obra para trabalhar nas plantações de café localizadas principalmente no sudeste e sul do país, mas também por sua ascendência racial.

ele foi o primeiro pesquisador a fazer um levantamento sistemático das manifestações culturais e religiosas de origem africana, como é possível notar no livro *Os Africanos no Brasil* (2004 [1932]).

É importante assinalar que os debates e estímulos à imigração de europeus/eias para o Brasil, que teve início na segunda metade do século XIX e se estendeu até a primeira década do século XX, foram realizados à luz desse contexto. Branco/as de origem europeia eram desejados/as não apenas como mão de obra para trabalhar nas plantações de café localizadas principalmente no

sudeste e sul do país, mas também por sua ascendência racial. Como vimos no Módulo I, ao estudarmos a Lei de Imigração de 1945, favoreceu-se a vinda de europeus/eias, proibindo-se e dificultando-se a imigração de chineses/as e japoneses/as. A justificativa para esse procedimento seria de que asiáticos/as seriam menos assimiláveis do que branco/as europeus/eias. Todo esse debate foi feito de forma pública e está registrado nas sessões do parlamento e nos jornais da época. Havia, portanto, um **projeto de embranquecimento do país**, ou seja, um processo histórico, social e racial pelo qual **o país depuraria sua população negra através do ingresso e mistura de branco/as europeus/eias** no país.

A crença nesse ideário fora tão forte na primeira década do século XX que o médico e cientista João Batista Lacerda (1846-1915), ao participar do **CONGRESSO INTERNACIONAL DAS RAÇAS**, realizado em Londres, em 1911, apresentou a tese *Os Mestiços do Brasil*, em que defendia a ideia de que o Brasil, dentro de um século a contar daquela data, seria um país majoritariamente branco devido à alta taxa de ingresso de imigrantes branco/as europeus/eias no território nacional, a sua mistura com outros grupos raciais aqui já presentes e aos índices de mortalidade da população negra.

Sendo assim, pode-se afirmar que **a solução encontrada para a questão racial no país foi o embranquecimento**. Em outros termos, **o ingresso de imigrantes europeus/eias no país, com sua ascendência racial desejada**, era visto como a possibilidade de **depurar e salvar o país até então constituído por uma maioria negra, indígena e mestiça**. Para que isso fosse possível, **era necessário olhar a miscigenação invertendo o sinal negativo que lhe era dado pelas teorias racistas**, ou seja, o produto da mistura de grupos raciais distintos deixava de ser degenerescente.

CONGRESSO INTERNACIONAL DAS RAÇAS

Nele, o médico e cientista João Batista de Lacerda, que foi diretor do Museu Nacional e presidente da Academia Nacional de Medicina, afirmou que em 2010 não haveria mais negros/as no Brasil, devido à mestiçagem. Segundo ele o/a mestiço poderia se aproximar do/a branco/a e ser reabsorvido/a por ele/a; o/a negro/a permaneceria distante e tenderia a desaparecer. Dizia que depois de três gerações, filhos/as de mestiços/as apresentavam todas as características físicas da raça branca, ainda que em alguns persistissem traços da raça negra devido à influência do atavismo. Lacerda afirmava que a seleção sexual persistente acabaria por subjugar o atavismo e purgar os/as descendentes do/a mestiço/a, de todos os traços característicos do/a negro/a. Dizia ele que depois de um século, os/as mestiços/as teriam desaparecido do Brasil, e estaria extinta a raça negra.

aos/às ex-escravos/as negros/as não foi concedido qualquer tipo de reparação pela escravidão, muito menos auxílio na sua inserção na sociedade de classes como mão de obra assalariada.

Por fim, aos/às ex-escravos/as negros/as não foi concedido qualquer tipo de reparação pela escravidão, muito menos auxílio na sua inserção na sociedade de classes como mão de obra assalariada, que se constituía. **Sua mão de obra foi preterida em relação à do/a imigrante europeu/eia.** A resposta habitualmente disseminada afirma que isso se deu por conta de sua inadequação ao trabalho industrial; entretanto, como buscamos demonstrar por meio de um olhar histórico mais aguçado sobre o período, há fatores raciais que ditaram essa escolha.

GLOSSÁRIO

**Adolf Hitler** (1889-1945)

Nasceu na fronteira da Áustria e Alemanha. Foi líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, conhecido como partido nazista. As idéias nacionalistas e a oposição aos/às judeus/ias tiveram campo fértil na Alemanha que havia sido derrotada na Primeira Guerra e estava com baixa auto-estima. Suas idéias foram escritas em seu livro *Minha luta*, onde pregava a necessidade alemã de se rearmar, empenhar-se na auto-suficiência econômica, suprimir o sindicalismo e o comunismo, e exterminar a minoria judaica. Foi chanceler e depois ditador alemão. Perseguiu os judeus/ias, ciganos/as, pessoas com deficiência física e mental, homossexuais e outros grupos. Os/As perseguidos/as, considerados/as indesejados/as e inferiores/as foram usados/as em experimentos médicos e militares e a maioria foi morta em câmaras de gás nos campos de concentração. Foi um dos piores massacres da história da humanidade, conhecido como *holocausto* - termo utilizado para descrever a tentativa de extermínio dos/as judeus/ias pelos/as nazistas. Hitler liderou a Alemanha na 2ª Guerra Mundial, que compunha o eixo, juntamente com a Itália e o Japão. Diz-se que teria se suicidado ao admitir sua derrota em 1945. Registros contam que no dia 30 de abril de 1945, trancou-se com Eva Braun (sua esposa) nos seus aposentos. Logo após o almoço,

"ouviu-se apenas um tiro. Quando lá penetraram encontraram-no com a cabeça estrçalhada à bala e com a pistola caída no colo. Em frente a ele, em languidez de morta, estava Eva Braun, sem nenhum ferimento visível. Ela ingerira cianureto (...) Rapidamente os dois corpos, envolvidos num encerado, foram removidos para o pátio e, com o auxílio de 180 litros de gasolina que os embeberam, formaram, incendiados, uma vigorosa pira. Ao redor deles, uma silenciosa saudação fascista prestou-lhes a homenagem derradeira". (SHILLING V., http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/morte_hitler.htm Acesso em 08 de Maio de 2010).

Diferentes obras (livros, filmes) informam o desejo de Hitler de que seu corpo nunca fosse encontrado, evitando ser exposto em praça pública como troféu de guerra.

Antropometria lombrosiana – o médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909) desenvolveu a teoria da relação entre as características físicas dos indivíduos e sua capacidade mental e propensões morais. A teoria apontava características corporais do homem delinquente: mandíbulas grandes, ossos da face salientes, pele escura, orelhas chapadas, braços compridos, rugas precoces, testa pequena e estreita.

Lamarckismo – teoria evolucionista de Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck, que foi precursor de Charles Darwin. A teoria se assenta em dois pontos: 1) os seres humanos rumam para a perfeição, dos seres menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos; 2) o uso e o desuso, isto é, no processo reprodutivo ao longo do tempo, os indivíduos perdem as características de que não precisam e desenvolvem as que utilizam.

Lei Áurea - A Lei que extinguiu a escravidão no Brasil traz o seguinte texto:

Lei Áurea nº 3.353 de 13 de Maio de 1888- Declara extinta a escravidão no Brasil

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2.º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67.º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Rodrigo Augusto da Silva

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara. Para Vossa Alteza Imperial ver. Chancelaria-mor do Império - Antônio Ferreira Viana.

Transitou em 13 de maio de 1888. - José Júlio de Albuquerque.

Mestiços/as- termo utilizado para designar os/as descendentes de duas ou mais etnias ou raças.

Socialismo – conjunto de doutrinas que pregam a reorganização social por meio da estatização dos bens e dos meios de produção, e de uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades para todos e todas. O socialismo moderno surgiu no final do século 18 com intelectuais e movimentos políticos da classe trabalhadora, que criticavam os efeitos da industrialização sobre a propriedade privada. Karl Marx afirmava que o socialismo seria alcançado através da luta de classes e da revolução do proletariado, fase de transição do capitalismo para o comunismo.